

PROJECTO DE APOIO AO COMBATE À CORRUPÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Actividade 1 - Diagnóstico de risco de corrupção nas principais instituições do SAJ

Seminário:

CORRUPÇÃO, GOVERNAÇÃO E ESTADO DE DIREITO

17 de Abril 2024

Com tradução simultânea

Organizadores



Financiadores



Seminário

Corrupção, Governação e Estado de Direito

17 de Abril de 2024

Hotel Cardoso, Maputo

A corrupção tem constituído, ao longo das últimas décadas, em países de todo o mundo, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento social e à redução da pobreza, afectando transversalmente várias áreas da sociedade. Os impactos sociais, económicos e políticos são amplamente denunciados, designadamente por organizações internacionais e por estudos académicos que enfatizam a importância de definir e implementar estratégias concertadas de prevenção e combate à corrupção que promovam a boa governação e o fortalecimento do Estado de Direito. Considerando os estudos conhecidos, o fenómeno da corrupção, nas suas várias dimensões, tem, em Moçambique, forte incidência, transversal a diferentes sectores do Estado e da sociedade, traduzindo-se num dos índices de percepção de corrupção mais elevados a nível mundial. Este indicador, ainda que com pequenas variações desde 2012, persiste, apesar do desenvolvimento de algumas políticas, o que indicia o seu baixo carácter transformador. As instituições do sistema de administração da justiça não são imunes à corrupção, podendo ocorrer situações de suborno, nepotismo, influência indevida, entre outras, com impacto negativo nos procedimentos e nas decisões judiciais e, consequentemente, na igualdade de tratamento das partes, na confiança e na legitimação social da justiça e no enfraquecimento do Estado de Direito. Daí a essencialidade de os poderes políticos e judicial, na medida das suas competências, se comprometerem com políticas e medidas robustas de promoção da transparência, da ética e da integridade do sistema judicial.

Neste Seminário, organizado pelo Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no âmbito das actividades do Projecto “Apoio ao combate à corrupção em Moçambique”, financiado pela União Europeia e implementado e co-financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), com a colaboração da Anima (responsável pela comunicação do Programa), propomos discutir os desafios que a intersecção entre corrupção, governação e Estado de Direito coloca ao fortalecimento das instituições públicas, em especial das instituições do

Organizadores



Financiadores



Financiado pela
União Europeia



sistema de administração da justiça, nas dimensões da integridade, da transparência e da responsabilização democrática.

Objectivos

Com a realização deste Seminário procuramos criar um espaço de reflexão sobre o fenómeno da corrupção e os seus impactos, orientado pelos desafios inerentes à criação de condições de Boa Governança e de aprofundamento do Estado de Direito. Além deste objectivo central, salientamos, como objectivos específicos, os seguintes:

- Reflectir sobre o fenómeno da corrupção enquanto condicionante da qualidade da democracia, da afirmação da cidadania, da consolidação do Estado de Direito e da Boa Governança;
- Sensibilizar os actores judiciais para a importância dos diagnósticos de risco, fundamentais para adopção de planos eficazes de gestão de riscos e de medidas robustas de prevenção e combate à corrupção nas organizações do sistema de administração da justiça;
- Valorizar a integridade, a ética e a transparência como dimensões estruturais do acesso à justiça, do funcionamento das suas organizações e do desempenho funcional dos seus actores;
- Envolver organizações da sociedade civil e cidadãos/ãs no debate sobre a corrupção nas instituições judiciais;
- Promover o diálogo sobre a temática entre diferentes organizações do sistema de administração da justiça, sociedade civil organizada e académicos/as.

Destinatários/as

O Seminário é dirigido a todas as pessoas com interesse na temática da prevenção e combate à corrupção, em particular, actores judiciais – magistrados/as judiciais, magistrados/as do Ministério Público, advogados/as, oficiais de justiça, defensores/as públicos –, membros de outras instituições do sistema de administração da justiça, como elementos do SERNIC, dos Registos e Notariado, e de organizações da sociedade civil organizada, académicos/as e jornalistas. A preocupação em fazer deste Seminário também palco de articulação entre projectos de cooperação, que potencie a utilização eficiente de todos os recursos disponíveis

Organizadores



Financiadores



para determinados objectivos estratégicos, leva-nos a incluir no público-alvo responsáveis de outros projectos de cooperação em Moçambique.

Formato do Seminário

O Seminário será realizado em formato híbrido: presencialmente no Hotel Cardoso, em Maputo, com capacidade para acolher até cerca de 100 participantes, alguns directamente convidados, mas também aceitando inscrição; e a distância, através de transmissão online das intervenções, em plataforma que se considerar mais adequada. A intervenção de conferencistas será presencial, podendo, excepcionalmente, ocorrer a distância.

O Seminário terá tradução simultânea nas duas sessões do período da manhã, altura em que estarão presentes oradores/as convidados/as não falantes da língua portuguesa.

O Seminário inicia-se com uma sessão protocolar de abertura, seguida de três sessões, decorrendo duas durante a manhã, com a duração aproximada de 1 hora e 30 minutos cada uma, e uma terceira a realizar no período da tarde, com a duração de cerca de 2 horas e 30 minutos. Finaliza com uma sessão breve de encerramento.

Organizadores



Financiadores



Programa

8h00 | Recepção de convidados e participantes

8h30 | Sessão de Abertura

Intervenções de:

- Excelentíssimo **André Cristiano José**, Co-responsável Técnico de Coordenação e Gestão de Actividades, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Observatório Permanente da Justiça
- Sua Excelência **Miguel Cândido**, Sub-Procurador-Geral da República e Director do Gabinete Provincial de Combate à Corrupção da Província de Maputo
- Sua Excelência **Filimão Joaquim Suaze**, Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
- Sua Excelência **Teresa Orjales Vidal**, Embaixadora de Espanha em Moçambique e Essuatíni
- Sua Excelência **Antonino Maggiore**, Embaixador da União Europeia em Moçambique
- Sua Excelência **João António de Assunção Baptista Beirão**, Venerando Vice-Presidente do Tribunal Supremo

9h15 | Sessão I | A prevenção da corrupção como condição de sustentabilidade da democracia

A prevenção da corrupção é condição crucial para o fortalecimento da cidadania, dos direitos humanos e da democracia. A corrupção mina a confiança nas instituições, compromete fortemente a equidade, na acção das diferentes organizações do Estado e da sociedade, e prejudica o desenvolvimento sustentável. Para enfrentar esse desafio, é essencial sensibilizar os/as cidadãos/ãs em geral, jornalistas e membros das organizações da sociedade civil para os desafios que o enfrentamento do problema coloca, procurando a sua participação activa. Mas, em primeira linha, essa sensibilização deve ser dirigida aos/às servidores/as do Estado sobre a relevância da sua acção e do cumprimento dos seus deveres na afirmação de uma sociedade mais justa, igualitária, íntegra e responsável, e da consolidação dos princípios democráticos de separação de poderes e de prestação de contas. Prevenir a corrupção é uma

Organizadores



Financiadores



responsabilidade colectiva que requer o comprometimento activo e responsável de cidadãos/ãs e instituições.

- **Ketakandriana Rafitoson** (Vice-Presidente da Transparência Internacional para a África Austral)
- **Carlos Martins** (Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique)
- Comentário: **João Trindade** (Juiz Conselheiro Jubilado)
- Moderação: **Pedro Sinai Nhatitima** (Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo)

10h45 | Pausa para café

11h15 | Sessão II | Reforçar a ética e a integridade judicial

Os desafios que o reforço da ética e da integridade judicial colocam aos poderes de soberania do Estado e à sociedade, como factores cruciais de prevenção e combate à corrupção, são multifacetados e exigem abordagens holísticas. A corrupção nas instituições do sistema de administração da justiça coloca em causa, de forma grave, a confiança da sociedade na imparcialidade da justiça, constituindo uma ameaça persistente à credibilidade e legitimidade social do sistema judicial. A falta de transparência e a ausência de mecanismos eficazes de prestação de contas facilitam a perpetuação dessas práticas prejudiciais. Combater a corrupção nas instituições da administração da justiça exige um compromisso firme, por parte do poder político e do poder judicial, na medida das suas competências, com a promoção de princípios e práticas éticas e de transparência, na sua organização e desempenho funcional, nos procedimentos e na tomada de decisões, e a criação de mecanismos eficazes de supervisão e de responsabilização.

- **Issa Gulamhussein Shivji** (Universidade de Dar es Salaam, Tânzania)
- **José Mouraz Lopes** (Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas de Portugal)
- **Edson Cortês** (Centro de Integridade Pública)
- Comentário: **Miguel Cândido** (Director do Gabinete Provincial de Combate à Corrupção da Província de Maputo)

Organizadores



Financiadores



Financiado pela
União Europeia



- Moderação: **Esmeraldo Matavele** (Presidente da Associação Moçambicana de Juízes)

12h30 | Pausa para almoço

13h30 | Sessão III | Identificação e gestão dos riscos de corrupção nas instituições do sistema de administração da justiça

As influências indevidas, seja por interesses pessoais, políticos ou económicos, que permeiam a justiça, prejudicam a integridade do processo judicial e o sentido justo da decisão e degradam valores fundamentais que sustentam uma sociedade justa e equitativa. Os diagnósticos de risco de corrupção no sistema de administração da justiça, ao permitirem um conhecimento abrangente das vulnerabilidades existentes, a identificação e mitigação de potenciais ameaças, desempenham um papel crucial na construção de medidas robustas que promovam a transparência e a integridade das instituições do sistema judicial e a criação de mecanismos eficazes de fiscalização. Procura-se, nesta sessão, que representantes de organizações do sistema de administração da justiça, a partir das diferentes realidades institucionais, identifiquem e reflitam sobre os riscos de corrupção e sobre as estratégias de mitigação.

- **Magda Cavale** (Tribunal Supremo)
- **Jorge Ferreira** (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos)
- **Sérgio Chauque** (Direção Nacional dos Registos e Notariados)
- **Lino Lázaro Mathe** (Procuradoria-Geral da República)
- **Nilton Paulino Lombaiomba** (IPAJ - Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica)
- **Jorge Banda Chiboleca** (SERNIC - Serviço Nacional de Investigação Criminal)
- Comentário: **André Cristiano** (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Observatório Permanente da Justiça)
- Moderação: **Elisa Samuel Boerekamp** (Directora-Geral do Centro de Formação Jurídica e Judiciária)

16h00 | Encerramento

Organizadores



Financiadores



- Excelentíssima **Mónica Pereira Mata**, Responsável de Seguimento e Controlo - Projecto Cooperação Delegada (*a confirmar*)
- Excelentíssima **Conceição Gomes**, Responsável Técnica de Coordenação e Gestão de Actividades e Coordenadora do Observatório Permanente da Justiça, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Organizadores



Financiadores

